

PLANEJAMENTO, GESTÃO E POLÍTICAS DO TURISMO: O CASO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO, BAHIA/BRASIL

Leonardo T. SILVA¹; Sebastião P. G. CERQUEIRA NETO²

RESUMO

Esse artigo apresenta uma discussão sobre o planejamento, gestão e políticas do turismo na Costa do Descobrimento, estado da Bahia, Brasil. A Costa do Descobrimento, localiza-se no nordeste brasileiro, na porção sul do estado da Bahia. É composta pelos municípios: Santa Cruz Cabrália, Belmonte e Porto Seguro – um dos principais destinos turísticos do litoral nordeste brasileiro. Por essa característica turística, e pelo forte apelo histórico – cultural, a Costa do Descobrimento se apresenta como um relevante exemplo de políticas de planejamento e gestão voltados para o desenvolvimento do segmento turístico sol e mar, tanto em fatores positivos, quanto nos aspectos negativos. Contudo, especificamente, busca-se descrever os aspectos históricos e geográficos da concepção de políticas de planejamento e gestão da região turística da Costa do Descobrimento; destacar os programas e planos para o turismo na zona costeira; e apontar as contradições do desenvolvimento turístico em Porto Seguro, principal destino da Costa do Descobrimento. Este estudo de caso apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando técnicas de pesquisa de campo e observação, além de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados. Os resultados da pesquisa apontam que o processo de políticas de planejamento tem (re)direcionado a gestão do turismo nas localidades que compõem a Costa do Descobrimento. Entretanto, nota-se ausência da participação mais efetiva da sociedade local. Espera-se que a inclusão da população na concepção do planejamento turístico, possa contribuir para reduzir os impactos provenientes do desenvolvimento da atividade turística auxiliando no (re)ordenamento e gestão para uma melhor compreensão das transformações socioespaciais do turismo na Costa do Descobrimento, Bahia, Brasil.

Palavras-Chave: Turismo Costeiro; Impactos do Turismo; Zoneamento Turístico.

¹ Doutorando em Geografia, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Bolsa Doutorado Sanduíche PDSE/CAPES, Universidade de Coimbra, Portugal. Professor do Instituto Federal da Bahia, IFBA, Porto Seguro, Brasil. Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional - GPDR, IFBA/CNPq. leonardothompson@gmail.com.

² Pós-Doutorado CES, Universidade de Coimbra, UC, Portugal. Professor, Instituto Federal da Bahia, IFBA, Porto Seguro, Brasil. Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional - GPDR, IFBA/CNPq. cerqueiraneto.mg@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A discussão a respeito do desenvolvimento da atividade turística e suas transformações no espaço geográfico vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaços nos debates, nas pesquisas e publicações sobre o assunto. É fundamental a contribuição dessas investigações e relatos de experiências para o conhecimento do complexo fenômeno social, cultural, político, econômico e ambiental que é o turismo.

A atividade turística vem proporcionando interferências na dinâmica espacial dos lugares e regiões. O perigo da especialização espacial para a economia local junto a perversidade do desenvolvimento turístico que exclui social, cultural e economicamente os moradores das cidades turísticas, vem se apresentando como um problema para abordagem científica.

É com essa abordagem que esta pesquisa investigou o Extremo Sul da Bahia (Figura 1), onde o turismo é uma atividade econômica que tem uma expressiva relevância na transformação do território da região da Costa do Descobrimento.



Figura 1. Localização do Extremo Sul da Bahia

A crescente atividade turística na região ocasionou impactos, tais como: devastação de florestas primárias, extinção de espécies nativas, marginalização das culturas indígenas, crescimento populacional, favelização, precariedade de infraestrutura urbana, aumento da

circulação de veículos, especulação imobiliária e descaracterização da arquitetura. A convivência entre moradores e turistas dos mais diversos lugares, costumes, hábitos, atitudes e valores tem contribuído para uma (des)construção da identidade cultural local. Nos dias atuais, o litoral da região é bastante frequentado, com a predominância do chamado turismo de massa e suas contradições; e do outro lado, assiste-se à privatização do litoral através daqueles que detêm o poderio econômico.

O objetivo deste artigo é oferecer outra via de análise sobre a realidade do turismo na região. Uma conduta dialética poderá permitir estabelecer outro ponto de vista de uma questão que, muitas vezes, não aparece quando trabalhada sob uma única vertente, por exemplo, a do capital. A reflexão que se apresenta sobre o tema é um questionamento sobre a forma de como o turismo está (re)ordenando o litoral da região podendo causar descontentamento em alguns setores da economia como também abrir uma nova perspectiva para outros que pensarão de maneira mais crítica o objeto de análise deste texto. A desmistificação da Extremo Sul da Bahia como paraíso turístico é preciso ser feita, pois se de um lado este adjetivo facilitou o desenvolvimento econômico de partes do seu litoral, por outro lado, desencadeou várias ações de transformações negativas nos chamados territórios turísticos da região. A retórica contundente que se faz ao desenvolvimento somente através do turismo é ao mesmo tempo sedutora e perigosa, inclusive quando não expressa os impactos negativos no meio físico e na sociedade.

O assunto é merecedor de análise científica pela representatividade na atividade turística e sua articulação multidisciplinar e multidimensional. Há necessidade desse conhecimento das sociedades receptoras de turismo para o entendimento das transformações socioespaciais, pois, fora de controle, as cidades turísticas degeneram, prejudicando assim a própria atividade econômica.

2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: uma relação a ser repensada

É inegável que o turismo, se bem manejado, representa uma via de desenvolvimento não só de um município, mas de toda uma região. Dos vinte e um municípios que compõem a região do Extremo Sul da Bahia oito possuem litoral, e entre eles há grandes disparidades que vão desde a influência política até diferenças físicas de suas praias. Contudo, as diferenças de cultura, de arquitetura, de história, por exemplo, entre os lugares litorâneos da região não são fundamentais para explicar o desenvolvimento de uns e o atraso turístico de outros. Ao contrário, essa diversidade deveria ser um diferencial para que a região como um todo se tornasse um ponto de irradiação de geração de riqueza para o seu interior. Mas a realidade do turismo na região é marcada pelo individualismo de cada lugar. Para Fontes (2006),

no turismo, assim como em outras atividades econômicas, as empresas se apóiam em projetos individualistas, orientados pela competitividade, visando muitas vezes, exclusivamente tirar proveito da totalidade do território e das singularidades de cada lugar, a curto e médio prazo, o que denota uma visão imediatista do setor, pautada na lógica capitalista de apropriação dos espaços para tirar o lucro, isso porque no setor de turismo também existe a guerra fiscal.

Ao se fazer uma analogia do turismo com uma grande indústria, pode-se perceber que ele gera benefícios e também pode causar danos, dependendo da linha de análise que for empregada. Alguns estudiosos do turismo rejeitam a ideia de tratá-lo como indústria por ele não produzir produtos ou não ter a mesma configuração de uma linha de produção como nas indústrias. No entanto, Gupta e Ferguson (2000) lembram que “a produção industrial de cultura, diversão e lazer atingiu pela primeira vez algo parecido com a distribuição global durante a era fordista”. Da mesma forma não tem como contradizer que a atividade turística promove efeitos econômicos de maneira direta e indiretamente (Barretto, 1995). Talvez por isso os lugares com vocação para tal atividade tenham despertado a cobiça de investidores e de políticos que usam em seus discursos a oferta de emprego e a visibilidade que aquele lugar poderá ter em todas as escalas geográficas. De acordo com Yázigi (1999) “desde que informações fizeram circular pelo mundo que o turismo está se posicionando entre as primeiras rentabilidades econômicas, vem ocorrendo uma frenética disputa por sua exploração”. Uma possível preocupação com a sociedade e o meio ambiente ganha importância após a conclusão do empreendimento, onde a relação com a comunidade local já começa a sofrer desgastes, objetivando o marketing social e ambiental.

Semelhante aos moldes implantados pelas empresas do eucalipto, os pontos mais refinados do turismo no litoral do Extremo Sul da Bahia não utilizou da mão de obra local na intensidade que se esperava. Aliás, há uma constante queixa de todos os setores que compõem o turismo da região em afirmar que o recurso humano aqui é de qualidade questionável. Dar relevo à questão da ocupação de mão de obra não significa concordar com a retórica de que ela é o principal problema de uma comunidade em crise, pois existem outras variáveis que devam ser estudadas para que ocorra um projeto de desenvolvimento mais justo através da turistificação dos lugares. No entendimento de Cruz (1999) “a geração de empregos, por si só, não é capaz de resolver problemas econômicos estruturais, embora venha sendo utilizada como a principal bandeira do discurso sobre turismo em países pobres”. Ademais, em lugares desamparados por órgãos fiscalizadores encontra-se, com facilidade, trabalhadores para o turismo que não têm garantidos os seus direitos legais.

Pensar o turismo somente através da quantidade de leitos, qual o volume de pacotes vendidos, quantificar os hotéis e restaurantes com suas “estrelas”, lamentar o número de voos cancelados, quanto os hotéis perderam com a crise aérea, significaria simplificar a sua análise.

3. PLANEJAMENTO, GESTÃO E POLÍTICAS DO TURISMO NO EXTREMO SUL DA BAHIA

O Extremo Sul da Bahia possui duas regiões turísticas reconhecidas, por órgãos oficiais, como um grande potencial para o desenvolvimento do setor. São elas: A Costa do Descobrimento formada pelos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro; e a Costa das Baleias formada por: Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. Apesar do litoral de um, ser a continuidade do outro município, desde Belmonte (norte da região) a Mucuri (extremo sul da região), não há políticas públicas explícitas de integração efetiva entre eles. Existe uma grande disparidade, no que tange as influências da atividade turística no desenvolvimento inter e intra região. Números apresentados por Silva e Silva

(2003) sobre os investimentos públicos no turismo dessas regiões ratificam a diferença entre ambas: enquanto a Costa do Descobrimento recebeu, no período de 1995 – 2001, U\$ 210.806 milhões, no mesmo período a Costa das Baleias teve investimentos na ordem de U\$ 93.819 milhões. Para entender essa disparidade de investimento é preciso entender como funciona cada uma com suas dinâmicas territoriais. Entretanto, para esse artigo, trata-se apenas das transformações ocorridas na Costa do Descobrimento.

3.1 Costa do Descobrimento

Costa do Descobrimento é uma zona de planejamento turístico do estado da Bahia, faz parte de uma política pública estadual de turismo, que estabelece regiões/zonas temáticas como unidade de planejamento turístico. Belmonte, Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro formam a região tratada pela maioria dos nossos livros didáticos de história como a primeira área brasileira a ser tomada por Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, portanto, é considerada pela história oficial como a região do chamado descobrimento do Brasil. Mas entre os municípios não há um consenso sobre este fato, pois, todos eles reivindicam o *status* de ser o primeiro aonde o navegador português chegou pela primeira vez. Uma história que alguns municípios da Costa da Baleia também querem participar.

Esta região turística tem tido nos últimos anos uma explosão de investimentos. Mendonça *et al.* (2000), baseados em dados do IBGE, mostram que no ano de 1994 a população dos três municípios que compõem a Costa do Descobrimento totalizava 70.663 habitantes e que em 1998 passou para 108.219 habitantes. No último censo a região totalizou 187.491 habitantes. Para Cerqueira Neto (2005) a região pode estar passando por uma segunda colonização e que esta deve ser acompanhada atentamente, pois diferente da primeira colonização, hoje os estudos sobre a ocupação e configuração dos espaços estão em fase bastante adiantada podendo oferecer uma contribuição para minimizar os impactos no meio. Esta colonização moderna também apresenta os atores exógenos (investidores estrangeiros) e indivíduos de outras regiões do país. Do contingente nacional, o Extremo Sul da Bahia recebeu pessoas de diferentes níveis econômicos, sociais e educacionais. O crescimento populacional, também estudado por Silva e Silva (2003) mostrou que a região colocou dois dos seus municípios entre os que mais cresceram no estado: Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro aparecem em 1^o e 2^o lugares respectivamente. Segundo os autores, este crescimento se deu, entre outras atividades, ao turismo.

3.2 Políticas de Turismo em Porto Seguro: a vitrine da Costa do descobrimento

Sendo Porto Seguro uma referência, não só no turismo, mas, também o maior município em extensão territorial, em número de habitantes, por ter grande influência na política regional e estadual, é natural que receba um tratamento diferenciado nesta pesquisa, uma vez que seus problemas geográficos adquiriram a mesma proporção de sua grandiosidade nas escalas local, regional, nacional e global. Até atingir o status de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas do turismo que foi decisivo na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por hippies ou pelas chamadas comunidades alternativas à um dos maiores pontos de atração turístico do Brasil, Porto Seguro foi se desenvolvendo de maneira

espontânea, atraindo investimentos de todos os níveis e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais com objetivos diferentes.

Até meados da década de 80, verificava-se uma maior incidência de pequenos empreendimentos [...]. A descoberta de Porto Seguro pelos grandes operadores turísticos nacionais fez surgir um novo segmento: o turismo de massa; crescendo com ele o número de novos e maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a exercer forte pressão sobre a infraestrutura básica (Mendonça Júnior *et al.*, 2000).

Por ter se tornado um polo de atração populacional, Porto Seguro teve a sua urbanização feita pelos pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e invasões. Este crescimento urbano é próprio da migração (Castells, 2000) e seus efeitos negativos, às vezes, se tornam difíceis de ser contidos ou mesmo solucionados, ainda que o município tenha um plano urbanístico, como é o caso de Porto Seguro. Por outro lado, de certa maneira criou-se o conceito de que o lugar que recebe grande número de pessoas se encontra num estágio de desenvolvimento, muito próprio de pensamentos dos planejadores da década de 1970. O inchaço populacional de Porto Seguro, em virtude da expansão do turismo, teve uma repercussão negativa no seu meio físico; um meio muito sensível pelas características de alguns dos seus ecossistemas como, mangues, restingas, falésias desnudas e foz de rios.

Não se pode dizer que as regiões turísticas do Extremo Sul da Bahia ficaram à margem de políticas, gestão e planejamento para o desenvolvimento. No entanto, mesmo dotando de um plano de urbanização, elaborado em 1997, e o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR), em 1991, e posteriormente, pelo Plano Diretor Municipal, em 2006, pode-se verificar uma ocupação fora dos princípios destes balizadores da organização do espaço, o que comprometeu grandes áreas naturais. E isto aconteceu tanto com construções de alto padrão como nos bairros planejados ou naqueles que são originados de invasões. A analogia feita com o planejamento das cidades na década de 1970 para receber o desenvolvimento através das indústrias e com as cidades do Extremo Sul da Bahia que estão sob a influência do turismo oferece uma contribuição para desfazer a ideia de que a ampliação dos problemas globais tem seu fator principal no crescimento populacional dos pobres (Martine, 1996). Na região grande parte das autuações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é nas obras de grande porte, em condomínios de luxo e em casas da classe “A” que ocupam e transformam de maneira irregular zonas que seriam a continuidade da atividade da natureza. Pobres e ricos deformam os ambientes, cada classe com sua necessidade, e o governo em todos os níveis se mostra incapaz de administrar o seu território. A preocupação com a proteção de Porto Seguro e toda a Costa do Descobrimento, relacionada com o inchaço do seu território, está explícita no relatório do Plano de Referências Urbanísticas Ambientais (PRUA) elaborado pelo Governo da Bahia (1997):

O fato da concentração populacional e a migração de cerca de 14.000 habitantes novos por ano (...) gera atualmente uma desestruturação insuportável para qualquer estrutura urbana e pode colocar em risco a imagem do destino turístico “Porto Seguro” e a “Costa do Descobrimento” e até arranhar a imagem “Bahia” no mercado turístico nacional e internacional.

Fica evidenciado que a preocupação principal do PRUA é o turismo, contudo, a elaboração de planos específicos para atender determinada atividade econômica acaba por privilegiar

uma pequena parte da sociedade e concorre para que não haja uma interação com outros planos municipais que visem o ordenamento territorial (como Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, por exemplo). Os projetos de desenvolvimento pensados para esta região, considerada como berço da história da colonização portuguesa na América, mostrando o turismo como a principal e única atividade econômica possível, tornou-a somente para servir aos turistas sem se preocupar com a sociedade que nela habita. É perfeitamente compreensível que os lugares busquem um símbolo que oriente o seu desenvolvimento, porém, a radicalização do uso da especialização pode desencadear uma série de complicadores, sendo que o maior deles é a geração de conflitos sociais.

Os projetos de desenvolvimento para o turismo devem primar pela gestão do turismo em conjunto com o cotidiano das localidades que recebem os empreendimentos, pois quando acaba a estação da alta temporada os moradores locais têm que continuar vivendo, e pessoas não podem ser pensados sob o regime da sazonalidade que é estabelecida pelos mecanismos que ditam os períodos de alta e de baixa estação. As populações que habitam em lugares turísticos necessitam de trabalho durante todos os meses do ano para suprir suas necessidades que não são diferentes de uma população que vive em qualquer outra cidade. Swarbrooke (2000, p.31) exemplifica como a sazonalidade influencia negativamente no campo socioeconômico

a sazonalidade de muitos empregos no turismo também impede o desenvolvimento de uma estrutura de carreira. Por conseguinte, os empregados com bom potencial geralmente vão embora, porque não podem visualizar uma trajetória clara de carreira, já que a organização irá empregar, se o fizer, apenas um certo número de pessoas na temporada normal, que pode ter 4 ou 5 meses de duração.

Paradoxalmente, o PRODETUR age em sentidos contrários, pois ao mesmo tempo em que tenta organizar o uso e ocupação do solo, ele também provocou um grande fluxo de pessoas em direção a Porto Seguro, pois não deixa de ser um indicador de injeção de capital no município e aumenta as perspectivas na criação de novas vagas de emprego, e com isso, inevitavelmente “exerce pressão sobre a infraestrutura urbana [...], fazendo crescer o chamado mercado informal, que transfere um contingente de desempregados, e atrai novas pessoas para o setor de prestação de serviços – exercendo enorme pressão sobre o meio ambiente” (Nunes, 2002). A pressão ambiental a qual Nunes (2002) se refere pode ser explicitada quando se olha por trás das falésias de Porto Seguro, onde existe um panorama que concretiza a disparidade social entre a parte turística e o cotidiano do município através da sua urbanização, com construções irregulares tanto que tange as áreas de ocupação quanto a questão legal da documentação.

Na outra ponta dessa urbanização desordenada, no sopé ou nos tabuleiros das falésias, na orla norte, estão os hotéis, os condomínios fechados, as grandes barracas e as casas consideradas de alto padrão, que “tentam” obedecer a uma legislação ambiental no que concerne à altura das construções. Atrás das falésias estão bairros e invasões que explodiram sobre residuais de vegetação nativa com construções, em sua maioria, irregulares. Portanto, a pressão sobre o meio ambiente é feita por todos os níveis econômicos, inclusive por obras construídas pelo Governo Federal como a BR-367 construída em 1973 que tem um dos seus limites laterais em contato com o mar. Assim, de pouco adianta estabelecer regras para as construções, como altura das edificações e o grau

de inclinação dos telhados, se as mesmas, de certo modo, forçaram a invasão de mangues, desvios ou morte de cursos hídricos, ocupação de encostas e áreas de vegetação nativa, através de uma horizontalização desmedida.

O Plano de Referências Urbanísticas Ambientais (PRUA) em 1997 aponta para a necessidade da implantação de verticalização, onde as construções não ultrapassariam quatro pavimentos ou os sete metros de altura, demonstrando a preocupação com a expansão da urbanização descontrolada. Infelizmente, esta expansão já pode ser verificada principalmente nos municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro.

O uso do território de Porto Seguro revela uma triste realidade geográfica na qual o município se encontra, num lamentável estágio de câncer ambiental que continua se alastrando sem sequer ter a esperança de um tratamento eficaz, atingindo moradores, turistas, comerciantes e ecossistemas naturais. Em 1997, o relatório do PRUA, descrevia a seguinte situação na maior cidade turística da região: “estamos na beira do colapso e da degradação irreversível” (PRUA, 1997). Este panorama de desmantelo urbano em Porto Seguro é interessante porque apresenta uma dicotomia que, teoricamente no seu caso, não deveria existir: dinheiro versus desenvolvimento. Geralmente, os governantes se queixam da falta ou das baixas arrecadações, da inexistência de investimentos locais para alegar uma situação de penúria do município, porém, este não é o caso de um dos mais requisitados destinos turísticos de todo o Nordeste brasileiro. De acordo com Fontes (2006) as “políticas têm favorecido o desenvolvimento de alguns espaços, em detrimento de outros, pois, desde o PRODETUR I (1991), que a cidade de Porto Seguro é a que recebe a maior parte dos investimentos públicos e privados”. Então o que justificaria as situações urbanas das periferias do município? Porque um grande número de pedintes (crianças, idosos) em suas ruas? Como não combater a degradação ambiental que já saiu do continente e foi para o mar? (Recife de Fora tem sua estrutura de corais em estágio avançado de comprometimento estrutural em decorrência do pisoteio dos turistas).

Voltando para os efeitos do PRODETUR na Costa do Descobrimento, há um questionamento interessante elaborado por Mendonça Júnior *et al.* (2000): será que o PRODETUR tem conseguido cumprir seus objetivos de promover o desenvolvimento turístico sustentável, garantindo a melhoria de qualidade e viabilidade econômica do destino turístico e, simultaneamente, assegurando a elevação das condições de vida da população residente na Costa do Descobrimento? Os próprios autores respondem na mesma página, afirmando que “o PRODETUR tem promovido o crescimento do turismo sustentável, gerando emprego, renda, elevação do padrão do visitante e a melhoria da qualidade de vida da população local”. Uma afirmação pertinente, mas passível de ser interpretada de outra forma quando se pensa que o turismo no Extremo Sul da Bahia ainda está longe de ser sustentável, pois não respeita os limites ambientes naturais; onde a geração de emprego as vezes não é acompanhada das garantias vigentes na legislação trabalhista; ou quando a qualidade de vida da população local ainda é precária, principalmente nos bairros periféricos.

É inegável que a implantação de alguns projetos contribuiu para a melhoria da vida das pessoas que vivem na Costa do Descobrimento, mas a grande questão é: se não fosse para atender aos turistas e investidores estes projetos aconteceriam? Ou não é necessário este

tipo de questionamento num país onde o normal é atender o capital? Insistindo ainda na questão social, observa-se que é importante entender para quais moradores chegam os benefícios de alguns programas de desenvolvimento.

As pesquisas sobre o turismo que visam tão somente a satisfação do mercado e tendo nos índices a sua maior preocupação, esquecem de que ele é também uma atividade responsável pelo desenvolvimento econômico e social das comunidades onde são implantados seus atrativos. Ou este não será um dos seus objetivos? Uma outra ciência se ocupará dos desgastes sociais e ambientais provocados pelo turismo? Os estudos mais recentes mostram que a riqueza gerada pelo turismo em Porto Seguro está concentrada na elite empresarial e política, deixando grande parte de sua sociedade a margem dos benefícios que esta atividade econômica produz. É necessário que se pense em novas medidas inclusivas de ordem econômica e social visando a continuidade de Porto Seguro como atrativo turístico, mas, principalmente como cidade, haja vista que, antes de tudo, “a cidade é a forma essencial do povoamento” (George, 1974). Um povoamento carregado de significados que não podem ser mutilados em função de qualquer atividade econômica. A atividade turística, como qualquer outra atividade econômica, é efêmera diante da construção histórica de uma sociedade, por isso, deve-se privilegiar sempre os lugares das pessoas, pois eles representam um conjunto de significados.

4. CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: Porto Seguro além da zona costeira

Não há como não se encantar com a beleza do litoral de Porto Seguro, não precisaria de nenhuma intervenção humana para fazer dele um atrativo, pois a natureza se encarregou desta tarefa. Contudo, se fosse somente por causa do seu litoral, Porto Seguro seria mais um destino do Nordeste do Brasil, onde a beleza das praias é algo mais do que normal. Dentro do município sede e nos distritos de Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva existem belos tesouros humanos que infelizmente foram ou estão sendo corroídos pela ação natural do tempo ou estão escondidos por uma forma de se fazer turismo em que não se tem uma visão além das praias. Independente das discussões sobre o local do descobrimento do Brasil, o município de Porto Seguro abriga registros de grande importância para a história do país, e, é esta outra parte que deveria receber uma atenção especial, inclusive como forma de oferecer uma outra via para o desenvolvimento do turismo. Considerando que Porto Seguro é o ponto de partida da primeira colonização em solo brasileiro, mesmo assim, esta imagem nunca foi vendida como se deveria. O tipo de turismo que acontece em seu território não tem como objetivo destacar o valor histórico-cultural. Dos dez traslados que as operadoras de turismo oferecem ou indicam aos turistas quando estão em Porto Seguro, somente dois fazem uma breve parada em pontos que permitem contemplar alguns residuais da história local.

Símbolos tão significantes para a história do Brasil são ofuscados, privilegia-se outras atrações que demandam maiores gastos pelos visitantes, como as festas e os “luais” nas grandes barracas e casas noturnas. O comportamento da maioria dos guias é reflexo da atuação da empresa que monopolizou de forma voraz o turismo em Porto Seguro. Esta operadora age como qualquer outra grande empresa que não necessita de um ponto para

se fixar. Se por um acaso do destino Porto Seguro não se tornar mais um atrativo turístico, para ela (a empresa) isso não fará a menor diferença, pois irá se transferir para um outro lugar. Para Amaral Filho (2002) este tipo de empresa tem “procurado desfazer e não criar raízes territoriais, visando à busca constante de competitividade através da procura de subsídios, mão de obra barata e facilidades de mercado”. Sendo assim, empresas poderosas como essa grande operadora do turismo, entendem que a sua função é tão somente oferecer uma viagem dos sonhos, por isso a espoliação do patrimônio cultural de Porto Seguro não faz parte das preocupações deste tipo de empresa.

Discutindo sobre a ação de uma grande operadora de turismo em Porto Seguro e sua relação com o espaço, Brunelli (2006) descreve o seguinte panorama: “as operadoras turísticas, em Porto Seguro, parecem decidir aquilo que deve ser mais visitado ou menos visitado no destino, o que interfere diretamente no cotidiano da comunidade, que tem no turismo sua atividade de sobrevivência”. Este tipo de ação não contribui para o aperfeiçoamento do turismo no município e, ainda, pode abandonar símbolos considerados de extrema relevância histórica e social para o conhecimento dos visitantes.

Infelizmente, as ações das empresas que exploram os turistas no município refletem diretamente nas atitudes das políticas locais em relação ao bem público, analisada com bastante propriedade por Nunes (2000) “os interesses econômicos, principalmente no setor turístico e imobiliário são muito fortes, preocupando-se pouco com a questão cultural e arqueológica e a preservação ambiental e exigindo do poder público investimento em infraestrutura física e social”. Esses interesses demonstram também a fragilidade ou falta de vontade da política local em estabelecer algumas condições para que o ambiente seja utilizado maneira mais igual e racional. As características do turismo de Porto Seguro e sua dimensão territorial podem justificar o maior número de recursos destinados ao seu aparelhamento,

contudo, não se pode afirmar que ele esteja favorecendo uma melhor distribuição de renda e maior inclusão social, já que, pela estrutura concentradora existente, a sua apropriação não ocorre de modo equitativo, por essa razão, a reprodução de espaços turísticos como o de Porto Seguro, tem se dado de maneira desigual, promovendo o chamado processo de exclusão social (Fontes, 2006).

Uma das ferramentas que pode contribuir com a minimização dos impactos sociais e ambientais é um plano diretor ajustado com as necessidades locais, “mas, na maioria dos municípios da região [...] as administrações municipais não possuem Planos Diretores e nem equipes técnicas com experiência em planejamento urbano, e muito menos, em gestão ambiental” (Silva, 2001). Esta carência de equipes, compostas por técnicos qualificados para propor projetos de uso adequado do espaço nestes lugares, é responsável pela evolução dos problemas ambientais. Mais grave é quando existem os planos que são apenas um modelo pronto, uma receita universal de projetos onde as empresas que se especializaram neste tipo de comércio apenas alteram o nome das cidades de um plano para outro. O que, de certa maneira, serve plenamente aos interesses de administradores desprovidos de qualquer comprometimento social e ambiental. Um projeto que trace metas de desenvolvimento geográfico (que chamamos de desenvolvimento amplo) e que realize um acompanhamento contínuo das transformações nos lugares do Extremo Sul da Bahia é

de extrema necessidade, haja vista o aumento geométrico da sua urbanização, inclusive nas áreas litorâneas. O distrito de Trancoso que até a década de 80

ficou conhecido como uma vila tranquila, paisagem bucólica, de um modo simples de viver, e com visitas esporádicas, incorporou uma característica urbana, com afluxo de turistas, congestionamentos no trânsito, festas, shows, estabelecendo no momento, um processo incipiente de turismo de massa (Silva, 2006).

Tanto os distritos de Arraial D'Ajuda e Trancoso parecem fugir do controle e do planejamento no que tange a sua urbanização e produção das atividades turísticas em seus espaços. A regulação do fluxo de turistas nestas comunidades se mostra através da variável econômica, pois os preços praticados nos seus estabelecimentos exigem que o visitante tenha uma maior condição econômica para frequentá-los.

Um projeto turístico está intimamente ligado ao desenvolvimento de um determinado lugar, e, aí é que se concentra uma problemática a ser abordada com muito empenho por aqueles que projetam os lugares para o turismo: a maioria dos lugares destinados ao turismo possui uma população que será afetada diretamente por qualquer empreendimento turístico instalado no seu território. Então, há forçadamente uma mudança de hábitos nessa população que vai tentando se moldar ao novo ritmo de vida. Uma realidade que não pode ser negligenciada e que por isso deve-se avaliar a aplicabilidade e a duração do projeto, porque o turismo é basicamente uma atividade sazonal, porém as pessoas não podem viver como vegetais que florescem em uma determinada época do ano e “morrem” para reaparecerem em outra.

A sociedade local não pode ser sacrificada para atender o conforto dos turistas, como, por exemplo, sofrer racionamento ou até mesmo corte de água e energia elétrica na alta temporada. Uma situação vivenciada pelas classes sociais mais baixas que geralmente estão atrás das falésias de Porto Seguro.

Assim como na proliferação dos mosaicos de eucalipto na região, a atividade turística também foi incentivada de maneira concentradora pelo Estado. Silva (2006) diz que a criação da Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA), em 1968, teve como objetivo principal “estimular a construção de hotéis e pousadas em locais de interesse turístico”. E estes incentivos continuam a acontecer, principalmente para atender os grandes grupos nacionais e internacionais, principalmente os europeus. Se por um lado, isto é bom para uma determinada parte da sociedade brasileira, por outro, é excludente. Ainda que os investimentos do PRODETUR/BA tenham melhorado a infraestrutura e o crescimento do setor de serviços, como afirma Silva (2006), não é raro encontrar ao longo de toda a orla do Extremo Sul da Bahia funcionários sem carteira assinada, barracas sem local para escoar seus resíduos, falta de coleta de lixo. Dessa forma, os problemas de ordem legal referentes aos trabalhadores e ao meio ambiente continuam presentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É cristalino que a atividade turística tem uma grande importância social e econômica no Extremo Sul da Bahia. No entanto, sua dinâmica deve estar inserida num contexto maior, que é o planejamento territorial de todos os municípios que podem utilizar de seus atrativos

naturais e históricos como fonte de geração de emprego e renda. É preciso buscar uma equidade na divisão dos recursos, pois, ao contrário não se chegará ao desenvolvimento regional. O planejamento para o turismo no Extremo Sul da Bahia deve abolir duas das suas principais características: ser um evento setorial e excludente. A população dos municípios tem o direito de participar e escolher o que elas querem e o que não querem do turismo em seus territórios. Espera-se que a inclusão da população na concepção do planejamento e organização do turismo, possa contribuir para reduzir os impactos provenientes do desenvolvimento da atividade turística. Por outro lado, os municípios e suas populações devem encontrar outras possibilidades de incrementar sua economia; o turismo não deve ser visto como o único caminho para o desenvolvimento, isso seria incorrer num risco muito grande, tendo em vista que este setor econômico é controlado por grandes empresas que não têm compromisso social e moral com o território e a sociedade.

Evidentemente, não se tem a pretensão aqui de esgotar o tema no recorte empírico selecionado. Pelo contrário, trata-se de abrir para novas discussões, proposições, caminhos que podem ser seguidos e discutidos, sobretudo, para que se tenha um melhor entendimento da temática na região estudada. Por outro lado, as discussões aqui apresentadas não deixam de ser uma referência para que outras obras científicas possam ser produzidas, visto que ainda é incipiente o debate científico no Extremo Sul da Bahia sobre a dinâmica do seu turismo; ao contrário, são os discursos políticos e econômicos que monopolizam o debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. (2002). A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local. *VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos*. Curitiba.

PRUA/BAHIA (1997). *Plano de Referência Urbanística da Zona Turística de Porto Seguro – PRUA*, Urplan.

BARRETO, M. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas (SP): Papirus.

BRUNELLI, L. H. (2006). *Turismo de massa e patrimônio cultural: reflexões sobre o caso de Porto Seguro Bahia*. In: MESQUITA FILHO, Odilon P. (org.). *Turismo em Porto Seguro – BA: aspectos*. Itabuna/Ilhéus: Via Litterarum.

CASTELLS, M. (2000). *O poder da identidade*. Tradução: Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.

CERQUEIRA NETO, S. P.G. (2005). *Uma nova urbanização para a Costa do Descobrimento – litoral do Extremo Sul Baiano*. I Seminário Temático de Geografia do Norte do Paraná: XX Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina (PR).

CERQUEIRA NETO, S. P. G. (2009). *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.

- CLAVAL, P. (2001). *O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana*. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (orgs.) *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CORIOLOANO, L. N.M.T. e SILVA, S. C. B. M. (2005). *Turismo e geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: Ed. UECE.
- CRUZ, R. C.A. (1999). *Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil*. In: LEMOS, A. I.G. (org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec.
- FONTES, E. (2006). *Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo*. Tese (Doutorado em Geografia) Aracajú. UFS/NPGEIO.
- GEORGE, P. (1974). *Geografia da população*. Tradução: Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difel.
- GUPTA, A. e FERGUNSON, J. (2000). *Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antônio A.,(org.). *O espaço da diferença*. Campinas (SP): Papirus.
- HISSA, C. E. V. (1993). Introdução ao estudo da dinâmica espacial da população: perspectivas teóricas. *Revista Geografia e Ensino*. V.5, nº1, Belo Horizonte: IGC/UFMG.
- MARTINE, G. (1996). *População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional*. Campinas: UNICAMP.
- MENDONÇA JÚNIOR, É.; GARRIDO, I. e VASCONCELOS, M. (2000). *Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia-Brasil*. Salvador: Omar.
- NUNES, E. (2002). *Ordenação do território e desenvolvimento regional sustentável no Extremo Sul da Bahia 1960 – 2000*. Tese (doutorado em geografia). Universidade de Barcelona. Barcelona, ES.
- SANTOS, M. (1996). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1982). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.
- SIRKIS, A. (1999). *Ecologia urbana e poder local*. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul.
- SILVA, L. T. (2006). *Cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Ilhéus – BA: UESC.
- SILVA, S. B. M. (2001). *Formação de uma região dinâmica: o exemplo do Extremo Sul da Bahia*. in: BENEDICTO, J.L.L. e SPINOLA, N.D. (coord.) *Desarrollo Regional*. Barcelona (Espanha): Xarxa Temàtica MEDAMERICA.
- SILVA, S. C.B.M. e SILVA, B. (2003). *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA.
- SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo sustentável: gestão e marketing*. São Paulo: Aleph.

YÁZIGI, E. (1999). *Turismo: uma esperança condicional*. 2^a.ed. São Paulo: Global.